

FELIZ ANIVERSÁRIO: TROCAS SUBJETIVAS MODERNAS

Por
ALINE BEZERRA DA SILVA
Doutoranda em Teoria Literária/ UFRJ

RESUMO

O trabalho parte da observação de uma festa infantil de aniversário como propulsora de reflexões, a partir das quais se tece um breve estudo comparativo entre as noções de subjetividade na sociologia (Norbert Elias), na filosofia (Hegel/Deleuze, Foucault) e na psicologia (Freud), além de aplicar tais noções à leitura crítica do conto “Feliz aniversário”, de Clarice Lispector.

*Não há como achar o caminho, na própria vida cotidiana, sem responder a certas perguntas filosóficas*¹.

Žižek.

A angústia subjetiva motivadora das reflexões que ora se apresentam difere da de Kierkegaard por não levar em conta a existência da noção cristã de pecado original, mas, como recomendado pelo filósofo, trata da tentativa de decifração do enigma após escutá-lo atentamente.

Por força do acaso, essa escuta analítica solitária encontrou espaço de atuação, de forma despreziosa, em uma comemoração infantil de aniversário, em março de 2009, em uma casa de festas na zona norte do Rio de Janeiro, onde foram companheiras de diálogo as leituras prévias dos textos de Slavoj Žižek, Norbert Elias, Michel Foucault.

Dessa forma, oferta-se uma modesta taxa subjetiva em busca de divergências complementares, capazes de acrescentar luz aos pensamentos penumbrosos daquela que escreve, temporariamente, sobre a estranha combinação de subjetividades naquele momento e espaço.

Em primeiro lugar, é sabido que festa é a celebração de *Baco*, o espaço de suspensão das regras cotidianas, o momento de carnavalização da vida por excelência, onde a desinibição e o contato social entusiasmado fazem-se presentes pela própria natureza do evento. Espera-se, portanto, a fruição de possibilidades comunicativas e sensitivas: alegria, sabores agradáveis, boa música, gente interessante e, em se tratando de festa infantil, sem dúvida alguma, muitas crianças.

Talvez a maioria dos convidados tenha saído com a sensação de que tudo correu bem e a anfitriã acredite, plenamente, que deu conta do recado: música alta durante quase quatro horas ininterruptas, fartura de comida e de bebida, gente amiga reunida.

¹ ŽIŽEK, 2006, p. 71.

O problema se impõe quando o pesquisador, ao não fruir o momento em função de pesada carga de compromisso adiado, na verdade, trabalhos monográficos com prazo a cumprir, percebe-se imerso em doses cavalares de material de reflexão advindo das relações travadas – com toda a carga polissêmica - entre os seres humanos presentes ao evento.

Ao considerar que a sociedade é muito mais do que a soma de subjetividades e ao considerar que o entendimento das subjetividades não é o suficiente para tecer a evolução da sociedade, tal dificuldade peculiar no trato da questão remete a Aristóteles, na metonímia da relação entre as pedras e a casa, na qual o filósofo afirma tratar-se de “um modelo simples para mostrar como a junção de muitos elementos individuais forma uma unidade cuja estrutura não pode ser inferida de seus componentes isolados”².

Tem-se início, a partir daqui, um breve estudo comparativo da noção de subjetividade sob os focos da sociologia, da filosofia e da psicologia para uma abordagem crítica do evento comemorativo referido e para uma leitura do conto “Feliz aniversário”, publicado no livro *Laços de família*, de Clarice Lispector.

Segundo Norbert Elias, em *A sociedade dos indivíduos*, faltam modelos conceituais e uma visão global mediante os quais “possamos tornar compreensível, no pensamento, aquilo que vivenciamos diariamente na realidade”³. A partir dessa constatação, o sociólogo destaca a importância da interdependência das funções individuais e a relação entre o indivíduo e o mundo de que faz parte, cuja interpretação pode conduzir ao entendimento de mundo como, a um só tempo, condição e limite atitudinal, comportamental, cognitivo e afetivo. Em outras palavras, ou mais precisamente, nas palavras dele:

²ARISTÓTELES, *apud* ELIAS, 1994, p. 16.

³ *Idem*, p. 16.

cada pessoa (...) vive, e viveu desde pequena, numa rede de dependências que não lhe é possível modificar ou romper pelo simples giro de um anel mágico, mas somente até onde a própria estrutura dessas dependências o permita; vive num tecido de relações móveis que a essa altura já se precipitaram nela como seu caráter pessoal.⁴

O sociólogo alemão foi duramente criticado e rechaçado pela intelectualidade de seu tempo e pela que o sucedeu, por ser considerado extremamente determinista e, por muito tempo, seus escritos passaram a ocupar longos períodos nas gavetas de guardados junto às bolinhas de naftalina, até que a recuperação do pensamento crítico dele pudesse trazer à tona uma interessante visão sobre a relação entre mundo interior e mundo exterior, subjetividade e sociedade, a qual afirma serem as contradições entre exigências sociais e necessidades individuais um traço permanente de nossa vida.

A partir da visão de Elias e da contribuição metonímica significativa de Aristóteles, pode-se depreender que a relação entre subjetividade e sociedade se concebe de forma tão complementar, que separar as duas instâncias seria um trabalho infrutífero, uma vez que a construção da subjetividade não é um processo que se dá à margem da existência das teias humanas, sendo as subjetividades profundamente marcadas pela rede social.

No que tange à filosofia, pode-se observar que, na releitura de Hegel proposta por Deleuze, em *Empirismo e subjetividade - ensaio sobre a natureza humana segundo Hume*, o sujeito se ultrapassa, o sujeito reflete e se reflete, o que poderia ser considerado, atualmente, uma máxima em se tratando de subjetividade, uma vez que as impressões do sujeito sobre o mundo vão além de si ao mesmo tempo que fornecem ao mundo um tanto de suas contribuições epistemológicas, advindas da capacidade humana de pensar.

⁴ *Idem*, p. 22.

De acordo com tal abordagem deleuziana, é possível observar a dupla potência da subjetividade: as capacidades de crer e inventar — crer, como capacidade de inferir da natureza uma parte não dada; inventar, como constituição de totalidades funcionais, não dadas na natureza.

No entrelaçamento entre crer e inventar, o filósofo francês destaca que cada sujeito “ultrapassa sua parcialidade e sua avidez imediatas, instaurando regras da propriedade, instituições que tornam possível um acordo entre os sujeitos”⁵, entrelaçamento a partir do qual se observa que a dupla potência da subjetividade mencionada desemboca, mais uma vez, no estabelecimento de regras de convívio, numa espécie de negociação de subjetividades ou na transmanência, conceito do Professor Eduardo Portella, no curso “O eterno retorno da subjetividade”, no 2º semestre de 2008, Faculdade de Letras, UFRJ, segundo o qual “o mesmo e o outro (...) repartem uma relação constitutiva, da qual ambos podem se beneficiar”⁶.

A partir desse desenvolvimento de idéias, permite-se analisar fragmentos do pensamento deleuzeano, como “cada homem espera conservar o que possui”⁷, tendo por horizonte a manutenção da relação entre mundo interior e mundo exterior com vistas à manutenção de instituições (re)conhecidas.

Manter o que possui é não se desfazer de sua subjetividade e essa expectativa não prescinde do entendimento da inserção do eu no mundo, que vai além de si mesmo e, sem sombra de dúvida, contempla a intersubjetividade.

Pode-se criar uma analogia entre o conceito de idéia em Deleuze e questões referentes à subjetividade, quando o pensador afirma que

⁵ DELEUZE, 2001, p. 101.

⁶ Proposta para discussão do segundo encontro das aulas do Professor Dr. Eduardo Portella no curso “O eterno retorno da subjetividade”, 2º semestre de 2008, Faculdade de Letras, UFRJ.

⁷ Vide nota 5.

a idéia (...) pode ser considerada de duas maneiras: coletivamente e individualmente, distributivamente e particularmente, na coleção determinável onde seu modo de aparição a situa e nas suas qualidades próprias⁸.

Assim, a subjetividade há de ser entendida em relação a seu aspecto de singularidade e a seu aspecto de similitude com outras subjetividades, uma vez que a junção destas constitui o todo social, sendo importante frisar, mais uma vez, que a sociedade é muito mais do que um conjunto de subjetividades, vide a metáfora aristotélica da relação entre pedras e casa.

Também se pode observar a qualidade distributiva, tendo em vista um conceito emprestado da matemática, para considerar cada subjetividade na relação que ela pode manter com as demais, retomando, de certo modo, a noção de transmanência, segundo a qual poderia haver entre os seres humanos uma relação simbiótica, que pudesse conduzir à paz, segundo a visão do Professor Dr. Portella, no curso já citado.

Em contraposição a essa simbiose pacificadora, para Foucault, são as relações de força ou relações de poder nos processos históricos que constituem as subjetividades. Dessa forma, o mundo interior teria, de certo modo, seus contornos delimitados pela luta incessante entre as vozes autorizadas e as vozes silenciadas.

Em *As palavras e as coisas*, por exemplo, Foucault menciona o fato de cada pessoa habitar um espaço de situação de relações estratégicas, no qual seus efeitos não são sentidos e vividos da mesma maneira. Assim como existe um universo de legitimações que define e retroalimenta o que pode ser verdadeiro ou falso, também a subjetividade se define do ponto em que se situa em relação aos demais portadores de subjetividade, em função do *modus operandi* das disputas, entre outras, pelo poder da enunciação.

⁸ *Idem*, p. 110.

O historiador francês Paul Veyne em ensaio sobre Foucault corrobora com o filósofo:

Em vez de acreditar que existe uma coisa chamada 'os governados' relativamente à qual os governos se comportam, consideremos que 'os governantes' podem ser tratados seguindo práticas tão diferentes, de acordo com as épocas, que os ditos governados não têm senão o nome em comum⁹.

Mediado socialmente, o indivíduo se constitui na interação e essa interação carrega as marcas da transitoriedade da realidade, do polimorfismo crescente de forças, tendo como conclusão que o mundo interior de um indivíduo é, antes de mais nada, um produto social, influenciado pelas tramas históricas de que ele participa voluntaria ou involuntariamente.

Estaria, então, o indivíduo envolvido em um permanente processo de subsistir, ruir, transformar-se, subsistir, ruir, transformar-se, motivado ou impelido pela força dinâmica das relações de poder e envolvido pela necessidade de estabelecer modalidades de convivência.

Sob esse prisma, é necessário observar que não se afirma, de forma alguma, a existência de uma natureza de imutabilidade das relações. Pelo contrário, é a condição metamorfoseante das relações que se destaca na necessidade de expressão da subjetividade que, ao mesmo tempo, presa ao contexto sócio-histórico e, conseqüentemente, às relações de poder estabelecidas, também precisa de possibilidade enunciativa para fermentar a transgressão. Transgressão que, em última análise, torna-se capaz de abalar, de certo modo, as estruturas do poder.

Recorrendo aos estudos de Freud, que se pautou pela necessidade de construir uma compreensão sobre a condição humana e, para isso, ergueu os pilares da

⁹ VEYNE, 1998, p. 243

psicanálise, ora revisitados, ora desconstruídos, pode-se afirmar que a indissociabilidade tipicamente infantil entre ego e mundo, o chamado princípio do prazer, acentua a natureza humana de fuga da dor e da busca do conforto e do prazer, com a busca de gratificação imediata. Por outro lado, como parte do amadurecimento do indivíduo, aprender a suportar a dor e adiar a gratificação constituem filtros sociais, o chamado princípio da realidade, no qual ego e mundo já se apresentam dissociados.

É no conflito entre esses dois princípios, o do prazer e o da realidade, que se encontra o ego, ou se forja a subjetividade, cujo caráter verbal polissêmico remete às idéias de simulação e de tensão frente ao doloroso processo de amadurecimento. Há, portanto, o conflito evidente entre desejo íntimo (ou na expressão freudiana, impulsos humanos) e determinações externas (ou regras que regem a sociedade).

Seja no campo da sociologia, da filosofia ou da psicologia, a presença da noção de conflito de interesses paira como lugar-comum e, ao mesmo tempo, singular. Se, por um lado, os autores aqui abordados, ainda que superficialmente, permitiam antever a falta absoluta de consenso entre os mundos interior e exterior, por outro, o confronto permanente entre forças similares e antagônicas promove a reflexão, o debate e o crescimento.

Dos textos teóricos mencionados, apenas a releitura de Hegel, proposta por Deleuze, e as aulas do Professor Dr. Eduardo Portella sinalizam a elaboração de regras de convívio capazes de estabelecer um acordo possível. Os demais teóricos tratam mais da noção de negociação, do que propriamente da noção de acordo, e não raras vezes deixa-se entrever noções como conflito, cisão, fissura, lutas incessantes.

Pode-se considerar, então, que a reflexão sobre as subjetividades conduz à discussão sobre as relações sociais e que, em uma sociedade desigual, a batalha é longa

e árdua na desconstrução de um sistema de valores que não comporta a relação igualitária entre subjetividade e alteridade.

No esteio dessas reflexões, propõe-se o retorno ao espaço da festa, espaço de suposta negociação de subjetividades, de reforço de regras sociais estabelecidas, mesmo na sua dimensão carnalizante, para dar seqüência a um convite reflexivo, talvez um pouco mal-humorado.

Por que o bombardeio ininterrupto de imagens, se todos os presentes conhecem o aniversariante e seus pais, ou por que a imagem precisa seduzir de tal forma a substituir as pessoas de verdade? Por que a música precisa ser tocada em um volume tão ensurdecedor, sem espaço para a dança, ou por que dificultar o diálogo entre pessoas próximas e negar aos presentes — crê-se que de modo não intencional — a oportunidade da dança? Por que animar adultos em uma festa? Estariam os adultos todos sem alma? Por que forjar uma relação participativa anterior às palmas, se durante todo o tempo, não havia preocupação com a capacidade de diálogo? Por que, tendo brincado várias vezes e coletivamente em todos os brinquedos, percebia-se a incapacidade de fazer amigos por parte das crianças? Por que a falta de cumplicidade e de companheirismo por parte delas?

Em busca de respostas acadêmicas a uma situação do cotidiano, ousa-se, em primeiro lugar, suscitar a questão da sociedade do espetáculo, em que o ter prevalece sobre o ser e em que são necessárias artimanhas capazes de promover o engrandecimento aparente de todas as coisas. Daí, a música alta, o parque de diversões em um ambiente interno, a sucessão interminável de fotos no telão para massificar a “celebrização”¹⁰ dos fotografados.

¹⁰ Utilizo o termo “celebrização” em vez de “celebração”, por não considerar a massificação da imagem como parte da comemoração, mas sim como forma de simular notoriedade.

A negação da interação foi ratificada pela dinâmica imposta tanto entre os adultos — som alto e brincadeira dirigida — quanto entre as crianças — diferenciação nos interesses e suposta independência de gostos.

Mas o que mais impressionou foi observar que as crianças eram como sujeitos autômatos disfarçados de autônomos: passeavam pelo circuito de brinquedos, mecanicamente, sem estabelecer qualquer vínculo interacional com as demais crianças que as antecediam ou sucediam — um isolamento travestido de alegria e diversão, à semelhança da internet para muitos adultos, espaço de evasão.

Parecia que os meninos e meninas não pensavam nem sentiam, apenas agiam, como seres programados para o movimento uniforme do corpo, sem a menor atenção aos demais que os cercavam naquela reprodução de parque — uma espécie de robotização da infância.

Diante das informações sobre a festa e sobre a rápida explanação teórica que a antecedeu, cabe refletir a respeito do jogo das subjetividades instaurado destacando as atividades infantis por ter o pesquisador tomado-as como inquietante foco de observação durante o evento.

De acordo com o conceito de Elias, em que as necessidades individuais e as exigências sociais precisam se articular para a formação das subjetividades, pode-se afirmar que, sob esse ponto de vista, as crianças cumpriram bem o papel, uma vez que as exigências sociais, naquele dado ambiente, comportavam a falta de interação ou a interação mínima e superficial.

Já nos passos de Hegel/Deleuze, a existência de um acordo tácito entre os sujeitos, resultado da ação de ultrapassar-se, refletir e refletir a si, parece, perfeitamente, verificável no evento em questão, porém de forma subliminar.

As crianças ultrapassaram a si, refletiram o mundo e a si mesmas na medida em que há correlação entre as atividades por elas desenvolvidas e as dos adultos. A inviabilidade da interação adulta provocada pela música alta e pela gincana televisiva, na qual a maioria deles comunicava-se, preferencialmente, com a profissional de animação, sugere um embotamento na dinâmica interacional, devidamente reproduzido pelas crianças em sua microrrede de relações sociais.

Foucault destaca não só o mundo interior como produto social influenciado pelas tramas históricas de que o sujeito participa voluntaria ou involuntariamente como também a necessidade de estabelecer modalidades de convivência. Sob tais aspectos, as crianças reproduziram os modelos de interação estabelecidos pelos adultos, uma vez que tal padrão de comportamento desprovido de maior quantidade ou qualidade de interação atendia às necessidades do modelo de convivência estabelecido para aquela situação.

Last but not least, no que se refere à festa infantil, se a construção da subjetividade se dá pelo permanente conflito entre impulsos humanos e regras sociais e se o princípio do prazer, tipicamente infantil, contrapõe-se ao princípio da realidade, característico do amadurecimento do indivíduo, a subjetividade em formação leva a crer que, em algum momento dessa espetacularização social, tais princípios têm se intercambiado de forma a não estabelecer diferenciação clara. Trocando em miúdos, a regra social não se impunha ao princípio do prazer, porque, de fato, nota-se um profundo desinteresse pelo outro paralelo à exacerbação das necessidades individuais. Uma configuração social egocêntrica, pautada nas negações, ou melhor, nas neutralizações tanto da alteridade quanto da necessidade de diálogo.

O convite a ser feito de agora em diante nos leva a comemoração dos 89 anos de D. Anita, matriarca de numerosa família, na casa da filha Zilda, em Copacabana, todos

personagens do conto “Feliz aniversário”, integrante do livro *Laços de família*, de Clarice Lispector.

Clarice Lispector tinha habilidade em produzir textos *scriptibles*, como diria Terry Eagleton, textos a partir dos quais os leitores sentem motivação de ler e de escrever, textos a partir dos quais os críticos sentem-se estimulados a transferirem-nos a outros discursos.

No início da 27ª edição do livro *Laços de família*, publicado, pela primeira vez, em 1960, o crítico Roberto Corrêa dos Santos reflete sobre a sensação causada em decorrência da leitura, na página 7, em artigo intitulado “Artes de Fiandeira”.

Todas as histórias apresentam traços comuns: são contos de ‘acontecimento’. Mas trata-se de um acontecimento especial, que ao mesmo tempo é extraído de um cotidiano e traz algo de excepcional, nem sempre passível de total compreensão.
(*L.F.*¹¹, p. 7)

O conto sobre o qual se fará a reflexão tem por tema a comemoração citada cercada de conflitos familiares, na maior parte, silenciosos, em um encontro movido pela necessidade de cumprimento do dever.

Permeados de constante dicotomia entre as necessidades pessoais e as regras de convívio social, os familiares de Anita presentes à festa demonstram incompatibilidade entre o que dizem/sentem e o que fazem, em uma tentativa de curvar-se às regras sociais vigentes em detrimento da realização dos próprios anseios. Essa incompatibilidade também pode ser percebida por meio da consciência dos personagens que se dá a conhecer ao longo da narrativa.

Quatro gerações encontram-se na festa revelando uma rede de desafetos e superficialidades vigentes e tais desencontros podem ser apontados pelo contraste entre

¹¹ As citações extraídas do conto “Laços de família” serão referenciadas pelas iniciais *L.F.* seguidas do número da página. Esta citação refere-se à 27ª edição editada pela Francisco Alves, em 1994. Todas as demais citações referem-se à edição publicada pela Rocco em 1998.

a efusão de personagens e os nomes citados. São nomeados apenas: a aniversariante, D. Anita, por uma vizinha, no 28º parágrafo; os filhos Jonga, falecido, José, o mais velho depois da morte do irmão, Zilda, a anfitriã e tutora da mãe, Manoel, sempre acompanhado do epíteto de sócio de José, de quem o leitor só tem a confirmação da filiação no 75º parágrafo; a nora Cordélia, com quem a aniversariante revela certa cumplicidade e seu filho Rodrigo, único neto com quem D. Anita tem afinidade.

Embora sejam nomeados sete personagens e isso já denote certa abundância, destaca-se o oposto em termos de individualização por conta do espaço narrativo, o terraço da casa de Copacabana, em que sem encontram inúmeros parentes. As crianças, por exemplo, são citadas, genericamente, em diversos momentos e apenas uma delas, a certa altura da narrativa, é nomeada.

Na narração, a força mediadora é de natureza personativa, para usar a definição de Franz Stanzel, no livro *A theory of narrative*, ou seja, é filtrada pela consciência de uma ou mais personagens. Essa técnica é adotada, refletindo a subjetividade de vários envolvidos — o que legitima a leitura, segundo a qual cada um deles se fecha em si como ilha, pouco se importando com os demais ou com a possibilidade de uma interação real. Trata-se do uso de uma terceira pessoa gramatical, com efeito refletor, a partir do momento em que os acontecimentos passam a ser retratados na consciência das personagens, permitindo ao leitor deparar-se com a realidade ficcional deles em perspectiva.

Misturam-se caracterizações e narrações supostamente oniscientes com trechos narrativos multiperspectivados, em que se destaca a consciência de diferentes personagens. No caso do conto em questão, destacam-se as refletorizações dos personagens D. Anita, Zilda e a nora de Olaria, tendo lugar de destaque pela quantidade de ocorrências as duas primeiras, como será observado a seguir.

A nora de Olaria como personagem refletor pode ser observada nos 1º e 58º parágrafos; Zilda, nos 15º, 18º, 23º, 46º e a aniversariante, nos 7º, 22º, 24º, 45º, 49º, 63º, 85º.

A nora de Olaria, cujo marido não compareceria por não querer ver os irmãos, como sabido desde o primeiro parágrafo, deslocada e ressentida, ocupa-se em tecer para si mesma críticas à família e à festa e suas únicas palavras para a anfitriã ao chegar são: “Vim para não deixar de vir”(L.F., p. 54). Sua consciência é refletida no 58º parágrafo, como se pode perceber a seguir:

De sua cadeira reclusa, ela analisava crítica aqueles vestidos sem nenhum modelo, sem um drapeado, a mania que tinham de usar vestido preto com colar de pérolas, o que não era moda coisa nenhuma, não passava era de economia. Examinando distante os sanduíches que quase não tinham levado manteiga. Ela não se servira de nada, de nada! Só comera uma coisa de cada, para experimentar.

(L.F., pp. 62-63)

Zilda e D. Anita, tão próximas e tão distantes, equiparam-se no movimento das idéias, uma vez que o fluxo contínuo de suas críticas finca-se, constantemente, no texto, pelos processos de refletorização; distanciam-se, pela aparente falta de afinidade agravada pela situação de abandono a que fora relegada a mãe aos braços de Zilda, como se fosse esta a única responsável pela idosa (“a única mulher entre os seis irmãos e a única que, estava decidido já havia anos, tinha espaço e tempo para alojar a aniversariante”, L.F., p. 55); distanciam-se pelo movimento dinâmico de Zilda e pela imobilidade da mãe.

A aproximação entre as duas pode ser notada, por exemplo, quando um mesmo parágrafo do conto se encontra refletorizado de forma a mudar a focalização de uma para outra de forma sutil, em uma interessante mistura de consciências.

Alguns não lhe haviam trazido presente nenhum. Outros trouxeram saboneteira, uma combinação de jérsei, um broche de fantasia, um vasinho de cactos – nada, nada que a dona da casa pudesse aproveitar para si mesma ou para seus filhos, nada que a própria aniversariante pudesse realmente aproveitar constituindo assim uma economia: a dona da casa guardava os presentes amarga, irônica.

(*L.F.*, pp. 56-57)

Para ilustrar o movimento de Zilda, nada melhor do que observar os preparativos da festa, já que ela “(...) arrumara a casa cedo, enchera-a de guardanapos coloridos e copos de papelão alusivos à data, espalhara balões (...), enfeitara a mesa logo depois do almoço, encostara as cadeiras à parede, mandara os meninos brincar no vizinho para não desarrumar a mesa, (...) vestira a aniversariante” (*L.F.*, p. 55), além de servir o ponche sem que nenhuma cunhada ajudasse.

Por sua vez, o imobilismo da mãe, pode ser demonstrado pela falta de reação após ser vestida pela filha Zilda, pois “(...) desde as duas horas a aniversariante estava sentada à cabeceira da longa mesa vazia, tesa na sala silenciosa” (*L.F.*, p. 55), tendo os primeiros convidados chegado às quatro da tarde. Além disso, são várias as repetições das frases “A velha não se manifestava” (*L.F.*, p. 56) e “A aniversariante piscou os olhos” (*L.F.*, p. 57).

A própria família acredita de tal forma nesse imobilismo físico da mãe que o converte, também, em um imobilismo emocional e intelectual:

Como se todos tivessem tido a prova final de que não adiantava se esforçarem, com um levantar de ombros de quem estivesse junto de uma surda, continuaram a fazer a festa sozinhos, comendo os primeiros sanduíches de presunto mais como prova de animação que por apetite, brincando de que todos estavam morrendo de fome. (...) a gordura dos croquetes dava um cheiro de piquenique; e de costas para a aniversariante, que não podia comer frituras, eles riam inquietos.

(*L.F.*, p. 57)

No entanto, ao contrário do que parece, D. Anita possui uma inquietação constante que só pode ser percebida pelo leitor, uma vez que a família lhe enxerga como a matriarca senil, que merece respeito, mas não atenção.

Eles se mexiam agitados, rindo, a sua família. E ela era a mãe de todos. (...) Todos aqueles seus filhos e netos e bisnetos que não passavam de carne de seu joelho, pensou de repente como se cuspiisse. (...) Oh o desprezo pela vida que falhava. Como?! como tendo sido tão forte pudera dar à luz àqueles seres opacos, com braços moles e rostos ansiosos? Ela, a forte, que casara em hora e tempo devidos com um bom homem a quem, obediente e independente, ela respeitara; a quem respeitara e que lhe fizera filhos e lhe pagara os partos e lhe honrara os resguardos. O tronco fora bom. Mas dera aqueles azedos e infelizes frutos, sem capacidade sequer para uma boa alegria.

(L.F., p. 60)

Suas poucas atitudes e palavras, interpretadas pelos parentes como prova dessa condição fragilizada pelo tempo, podem demonstrar, na verdade, tentativas de ruptura com aquele cenário de que não gostaria de participar e, nesse contexto de aparente imobilismo, destacam-se, pelo menos, dois momentos: o partir do bolo e a cusparada no chão.

O bolo em volta do qual toda a família se reunia, que por D. Anita é atingido com punhos de assassina ao partir o primeiro pedaço, funciona como uma metonímia da própria aniversariante. “A aniversariante olhava o bolo apagado, grande e seco” (L.F., p. 59). Esfacelar o bolo seria, de certa forma, erradicar a origem de família tão inexpressiva, no julgamento da senhora. A pá de bolo/terra lançada, a agitação dos parentes em torno da mesa de pratos na mão remetem, de uma só vez, ao velório, ao funeral e à partilha de bens.

Dada a primeira talhada, como se a primeira pá de terra tivesse sido lançada, todos se aproximaram de prato na mão, insinuando-se em fingidas acotoveladas de animação, cada um para a sua pazinha.

(L.F., p. 59)

Mais uma vez, ao final do extenso 45º parágrafo¹², a consciência da personagem é apresentada, percebendo-se, ainda mais enfaticamente, em desacordo com as próprias convicções no que se refere às ramificações genealógicas descendentes. “Pareciam ratos se acotovelando, a sua família. Incoercível, virou a cabeça e com força insuspeita cuspiu no chão” (*L.F.*, p. 61). Para os parentes, demonstração de senilidade; para ela, de repulsa.

Todo o tempo, as subjetividades parecem negociadas com a finalidade do cumprimento de um dever. Tal negociação nem sempre é amistosa e, em alguns momentos, envolve olhares desafiadores e ar de enfado.

Atendo-se aos personagens, pode-se observar que cada um deles, preocupado com a própria subjetividade, não intenta a abertura para a alteridade. Não se busca a troca afetiva, a interação é cênica e o maior desejo é ir-se. “E por assim dizer a festa estava terminada” (*L.F.*, p.59).

Explorando os conceitos vistos ao longo do trabalho, o comportamento dos personagens parece condizente com o amadurecimento próprio do princípio da realidade, mas a negação do princípio do prazer causa desconforto nos participantes do jogo.

As crianças, que, inicialmente, reproduziam o desconforto dos adultos, aos poucos se soltaram nas brincadeiras, esquecendo-se das diferenças entre os pais, diferenças retomadas, ao final, por meio da punição. “As crianças foram saindo alegres (...). A nora de Olaria deu um cascudo de vingança no filho alegre demais e já sem gravata.” (*L.F.*, p. 66).

¹² O parágrafo referido já foi citado anteriormente e inicia-se por “Eles se mexiam agitados, rindo, a sua família (...)”. (*L.F.*, p. 60).

Para Alfredo Bosi, em *História concisa da literatura brasileira*, a exacerbação é tão grande nos contos e romances de Clarice, que, a certa altura, a própria subjetividade entra em crise, dando lugar a um espírito que, perdido no labirinto da memória e da auto-análise, reivindica um novo equilíbrio.

Pontos de convergência e de divergência podem ser apontados nas festas ficcional e não ficcional do presente artigo e, longe de traçar um paralelo entre realidade e ficção, o que se pretendeu, primordialmente, foi observar de que modo as subjetividades podem transparecer na arte e na vida.

No texto de Clarice, a trama meticulosamente preparada aponta o caminho das subjetividades em confronto/conflito, o que se pode afirmar com base na própria técnica narrativa de refletorização.

No universo real, como o único analisador dos fatos é o pesquisador que vos fala, fica evidente que o contado passa pela lente da subjetividade do narrador do evento e essa observação, embora se pretenda distanciada, já deixou de sê-lo, a partir do momento em que o conjunto de fatores despertou a análise crítica.

Com muito mais a dizer sobre o conto e com a necessidade de ater-me a determinado número de páginas, tal qual ao narrador por vezes supostamente onisciente de “Feliz aniversário”, só me resta, por assim dizer, encerrar a festa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. 35ª edição, São Paulo: Cultrix, 1994.
- DANTAS, Marília Antunes. Subjetividade moderna: tragicidade e angústia segundo Kierkegaard e Freud. Fonte: www.psicologia.com.pt. Extraído em 15/03/09.
- DELEUZE, Gilles. “Empirismo e subjetividade”. In: *Empirismo e subjetividade - ensaio sobre a natureza humana segundo Hume*. Tradução: Luiz B. L. Orlandi. São Paulo: Editora 34, 2001.
- EAGLETON, Terry. *Teoria da Literatura: uma introdução*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

- ELIAS, Norbert. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.
- FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- FREUD, Sigmund. *O mal-estar na civilização*. Rio de Janeiro: Imago, s/d.
- KIERKEGAARD, Soren. *El concepto de la angustia*. 4ª edição, Coleção Austral, Argentina: Espasa-Calpes, 1952.
- LISPECTOR, Clarice. “Feliz aniversário”. In: *Laços de família*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.
- MONTEIRO, Adolfo Casais (org.). *Fernando Pessoa: poesia*. 5ª edição, Rio de Janeiro: Edit. Agir, 1970
- SANTOS, Roberto Corrêa dos. “Artes de Fiandeira”. In: *Laços de família*. 27ª edição, Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1968.
- STANZEL, Franz K. *A Theory of Narrative*. Cambridge University Press, 1987.
- VEYNE, P. *Como se escreve a história e Foucault revoluciona a história*. Brasília: Edit. UNB, 4ª Ed., 1998, p. 243
- ŽIŽEK, Slavoj & DALY, Glyn. *Arriscar o impossível: conversas com Žižek*. Tradução: Vera Ribeiro. São Paulo: Martins Fontes, 2006.